



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

VINCULADO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

(Fundamentação Legal: Art. 24, Inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993)

Processo Administrativo nº 1825/2016 – Contrato nº 35/2016

CONTRATANTE – CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob nº 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, neste ato representado por sua Presidente, Fabiola de Campos Braga Mattozinhos.

CONTRATADA – A. R. HYPOLITO DA SILVA MANUTENÇÃO DE EXTINTORES - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.576.660/0001-02, com sede na Rua Jurubim, nº 467 – Vila Boaçava - São Paulo - SP - CEP 05170-100, telefone (11) 3901-6210, e-mails contato@hyppofire.com.br e hyppofire@uol.com.br, neste ato representada por seu proprietário, André Roberto Hyppolito da Silva, brasileiro, empresário, portador do RG nº 22.834.495-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 175.338.958-51, residente na Rua Doutor Odon Carlos de Figueiredo Ferraz, nº 115 – Parque São Domingos – São Paulo -SP - CEP 05121-000.

O presente Contrato obedece às seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recarga e manutenção de extintores e mangueiras de incêndio instaladas no Edifício Sede do Coren-SP, conforme previsto na NBR 12962:1998, incluindo a substituição de peças.

2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. Ficam ajustados os seguintes valores:

Item	Tipo	Tamanho	Serviço	Quant.	Preço Unitário	Valor total
1	Água	10 L	Recarga / Teste Nível II	18	R\$ 21,00	R\$ 378,00
2	CO ²	6 kg	Recarga / Teste Nível II	39	R\$ 40,00	R\$ 1.560,00
3	CO ²	4 kg	Recarga / Teste Nível II	3	R\$ 35,00	R\$ 105,00
4	BC	20 kg	Recarga / Teste Nível II	2	R\$ 90,00	R\$ 180,00
5	BC	6 kg	Recarga / Teste Nível II	4	R\$ 40,00	R\$ 160,00
6	BC	4 kg	Recarga / Teste Nível II	3	R\$ 30,00	R\$ 90,00
Subtotal				69		
7	Água	10 L	Teste hidrostático	2	R\$ 10,00	R\$ 20,00
8	CO ²	6 kg	Teste hidrostático	6	R\$ 10,00	R\$ 60,00
9	BC	20 kg	Teste hidrostático	1	R\$ 10,00	R\$ 10,00
10	BC	6 kg	Teste hidrostático	1	R\$ 10,00	R\$ 10,00
11	BC	4 kg	Teste hidrostático	1	R\$ 10,00	R\$ 40,00
12	Mangueira	30 m	Teste hidrostático	3	R\$ 10,00	R\$ 30,00
13	Mangueira	15 m	Teste hidrostático	18	R\$ 10,00	R\$ 180,00
Subtotal				32		

2.2. Valor total de **R\$ 2.793,00** (dois mil e setecentos e noventa e três reais).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.3. Os valores e as condições ora estabelecidas obedecem à Proposta de Preços nº 1935, datada de 02/06/2016, que se vincula ao presente Ajuste em todos os termos.

2.4. Nos preços ajustados estão incluídos, além do lucro, todos os custos relacionados com prestação de serviços do objeto da contratação, tais como: mão de obra, deslocamento do pessoal, materiais, equipamentos, tributos, substituição de peças e todas as despesas diretas e indiretas da Contratação.

2.5. O preço permanecerá fixo e irrevogável durante o período de vigência do presente Contrato.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Conforme descrito no Anexo I – Especificações Técnicas e Anexo II – Relação de Extintores e Mangueiras do presente ajuste.

4. DO ACRÉSCIMO OU DA SUPRESSÃO

4.1. Conforme interesse do Coren-SP, o valor inicial da contratação poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

4.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites legalmente estabelecidos.

4.3. As supressões que ultrapassarem o percentual legalmente admitido, somente serão admitidas através do acordo entre as partes.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas resultantes da execução deste Contrato serão atendidas pelo Elemento de Despesa de nº **6.2.2.1.1.33.90.39.002.016** – Manutenção e Conservação de Bens Móveis.

6. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

6.1. O presente contrato tem vigência de 30 (trinta) dias úteis, compreendendo o período de **08/06/2016 a 08/07/2016**.

6.2. Caso ocorra fato justificado, a rescisão contratual seguirá o disposto na Seção V do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993.

7. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

7.1. Sem prejuízo da garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), será exigida garantia mínima de 12 (doze) meses para os serviços de recarga e para peças, com exceção feita à recarga dos extintores de CO2 que deverá ter prazo de 06 (seis) meses, de acordo com a NBR 12962 do INMETRO, podendo, inclusive, a Contratada oferecer garantia adicional. A Contratada deverá, ainda, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com o mesmo dispositivo legal.

7.2. Os testes hidrostáticos deverão ter garantia de 5 anos.

7.3. As garantias não se exauram com o fim da vigência contratual, devendo ser observados os prazos fixados acima.

7 DOS PRAZOS, DOS LOCAIS E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços serão prestados a partir do início da vigência contratual na unidade Sede do Coren-SP,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

localizada na Alameda Ribeirão Preto, nº 82 – Bela Vista – São Paulo – SP, da forma a seguir descrita:

- 7.1.1** A prestação do objeto, conforme descrito nas Especificações Técnicas, deverá ser realizada no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar do início da vigência contratual.
- 7.1.2** O horário para retirada e devolução deverá ser das 08h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, conforme agendamento prévio com o responsável de cada unidade.
- 7.1.3** Os serviços deverão ser prestados nas localidades acima descritas, sendo que as quantidades por unidade estão listadas no Anexo I.
- 7.2** Hipóteses e prazos para refazimento dos serviços e substituição de materiais:
- 7.2.1** Em caso de serviços prestados inadequadamente ou fora das especificações deste instrumento e da Proposta e seus Anexos ou, ainda, que não surtirem os resultados pretendidos com a contratação, a Contratada deverá sanar os problemas em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação.
- 7.2.2** Caso algum serviço ou item apresente falha ou vício de fabricação, a Contratada deverá, às suas expensas, efetuar a substituição do item imediatamente à notificação ou dentro do prazo aceitável para a regularização da situação, acordado com Coren-SP.
- 7.2.3** Todos os ônus decorrentes de eventuais substituições de serviços ou materiais nas hipóteses descritas acima correrão por conta da Contratada.
- 7.2.4** A notificação à Contratada poderá ser realizada por meios eletrônicos, a critério do Coren-SP.
- 7.3** Permanecendo irregularidades, quanto à especificação do objeto, vício ou a execução inadequada dos serviços, a Administração poderá rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 7.4** O transporte de itens e de todo material e equipamentos necessários para a prestação do serviço ficará a critério da Contratada, que se responsabilizará pela integridade dos produtos e objetos entregues, bem como pelo manuseio dos itens nas dependências do Coren-SP.
- 7.5** Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

8 DOS PRAZOS PARA RECEBIMENTO

- 8.1** Nos termos dos art. 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993 o objeto desta contratação será recebido após o término de cada serviço:
- 8.1.1** Provisoriamente, no ato da entrega do serviço e da nota fiscal;
- 8.1.2** Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação dos serviços prestados de acordo com as especificações do objeto licitado e da conformidade da documentação (nota fiscal, relatórios, atestados técnicos, regularidades fiscais e demais documentos de apresentação obrigatória);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.1.3 Expirado o prazo supramencionado e não ocorrendo a conformidade, o documento fiscal deverá ser cancelado, devendo ser reemitido apenas quando da regularização.

8.2 O recebimento provisório poderá ser feito por qualquer servidor do Coren-SP e o recebimento definitivo apenas pelo Fiscal do Contrato.

9 DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado por serviço concluído no prazo de 20 (vinte) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Fiscal do Contrato, preferencialmente mediante depósito na conta bancária informada na nota fiscal.

9.2 A Contratada receberá apenas pelos serviços efetivamente prestados.

9.3 O Coren-SP reserva-se no direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada ou em desconformidade com a legislação tributária vigente e, ainda, se for constatado no ato da atestação, que os serviços prestados não correspondem às especificações apresentadas na proposta e neste Instrumento.

9.3.1 Nas hipóteses em que não ocorrer o pagamento, não terá a Contratada o direito à compensação financeira ou alteração de preços.

9.4 Na hipótese da nota fiscal apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, a Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que a Contratante terá reiniciado o prazo para efetuar nova análise e o respectivo pagamento, a partir do recebimento.

9.5 A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

9.6 A cada pagamento será verificada a retenção na fonte ou solidária de impostos e contribuições sociais, conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade, que devem vir expressas na nota fiscal, em obediência aos ditames estabelecidos pela IN/RFB nº 1.234/2012, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas.

9.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren-SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.1 Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos, demais dispositivos legais, a Contratante obrigar-se-á:

10.1.1 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências do Coren-SP para realizar os serviços.

10.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;

10.1.3 Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas;

10.1.4 Indicar, formalmente, o Gestor e o Fiscal para acompanhamento da execução contratual;

10.1.5 Solicitar a retificação/substituição dos serviços prestados inadequadamente ou que não atenderem às especificações do objeto constantes neste Instrumento e na Proposta;

10.1.6 Solicitar a substituição de pessoas não qualificadas ou entendidas como inadequadas para a prestação dos serviços.

10.1.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.1.8 Registrar, em sistema próprio, os prazos de atendimento e todas as demais ocorrências relacionadas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

10.1.9 Realizar o recebimento e efetuar o pagamento pelos serviços prestados nos prazos e condições estabelecidos.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Caberá a Contratada, a partir da assinatura deste Instrumento, o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Coren-SP, quando couber.

11.1.2 Informar previamente ao Fiscal do Contrato, se a Contratada necessitar de vagas para estacionamento dentro do Coren-SP durante a execução dos serviços.

11.1.3 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Coren-SP, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato pelo Coren-SP;

11.1.4 Ressarcir a Contratante quando a Contratada, através de seus colaboradores, durante a execução dos serviços, provocar danos ao patrimônio da Contratante por imperícia, imprudência e/ou má fé.

11.1.5 Comunicar ao Coren-SP qualquer anormalidade que constatar e prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

11.1.6 Manter, durante o período de contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 11.1.7** Designar, por escrito, no ato da assinatura do Contrato, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste objeto.
- 11.1.8** Informar à Contratante, sempre que houver alteração, o nome, o endereço e telefone do responsável a quem devem ser dirigidos os pedidos, comunicações e reclamações.
- 11.1.9** Respeitar as Normas Brasileiras – NBRs publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 11.1.10** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.
- 11.1.11** Possuir todos os registros que permitam a execução dos serviços descritos no objeto contratual e apresentar suas comprovações e atualizações, quando cabível.
- 11.2** A Contratada deverá, ainda, assumir a responsabilidade por:
- 11.2.1** Todos os encargos fiscais, comerciais e por todas as despesas decorrentes desta contratação.
- 11.2.2** Todas as obrigações trabalhistas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.
- 11.2.3** Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Coren-SP.
- 11.2.4** Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados durante a execução do Contrato, ainda que acontecido nas dependências do Coren-SP.
- 11.2.5** Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 11.2.6** Custos da mão de obra, dos materiais, equipamentos e uniformes necessários à prestação dos serviços, inclusive quando houver necessidade de reposição ou substituição.
- 11.3** Sem prejuízo das responsabilidades ora elencadas, a Contratada obriga-se a:
- 11.3.1** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados.
- 11.3.2** Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pelo objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas oriundos desta contratação.
- 11.3.3** Prestar os serviços em conformidade com as especificações constantes Prestar os serviços em conformidade com as especificações constantes neste instrumento.
- 11.3.4** Providenciar o transporte interno e externo, o acondicionamento, a entrega e o descarregamento dos materiais e ferramentas necessários à execução do objeto nos locais de prestação dos serviços.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.3.5 Executar os trabalhos de forma a proporcionar os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de recursos – quer humanos, quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços e a satisfação da Contratante, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos.

11.3.6 Executar os trabalhos de forma a adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como, racionalização do consumo de energia elétrica e de água; destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de manutenção; entre outras.

11.3.7 Utilizar pessoal próprio, devidamente treinado e qualificado para a fiel execução contratual.

11.3.8 Dispor de pessoal necessário para garantir a execução do objeto no regime desta contratação sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

11.3.9 Atender de imediato às solicitações da Contratante quanto às substituições de trabalhador não qualificado ou entendido como inadequado para a prestação dos serviços.

11.3.10 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado que, eventualmente, se acidentar ou sofrer com mal súbito durante a execução dos serviços.

11.3.11 Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências do Coren-SP.

11.3.12 Durante a permanência nas instalações do Coren-SP, manter os trabalhadores devidamente identificados.

11.3.13 Manter seu pessoal portando todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), se necessário.

11.3.14 Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da administração.

11.3.15 Executar os serviços contratados com o sigilo necessário.

11.4 São expressamente vedadas à Contratada:

11.4.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Coren-SP para a execução deste Contrato.

11.4.2 A veiculação de publicidade acerca da aquisição, salvo se houver prévia autorização do Coren-SP.

11.4.3 A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Pregão, salvo mediante autorização expressa do Coren-SP.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.5 A inadimplência da Contratada com referência aos encargos sociais, comerciais, fiscais e trabalhistas não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Coren-SP, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Coren-SP.

12 DAS SANÇÕES

12.1 Poderão ser aplicadas as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e demais cominações legais, isolada ou cumulativamente com multa de até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação, à empresa/Contratada que:

12.1.1 Não assinar o Contrato nos termos e prazos previamente estabelecidos, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2 Deixar de entregar documentação exigida;

12.1.3 Apresentar documentação falsa;

12.1.4 Não mantiver a proposta;

12.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.6 Falhar na execução do instrumento contratual;

12.1.7 Fraudar na execução do instrumento contratual;

12.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.9 Fizer declaração falsa;

12.1.10 Cometer fraude fiscal.

12.2 Reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92 parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

12.3 Poderão ser consideradas fraudulentas, na execução da contratação, as condutas (mas não limitando-se a essas):

12.3.1 Elevar arbitrariamente os preços.

12.3.2 Apresentar, como verdadeiro ou perfeito, relatório falsificado e prestar, como certo e perfeito, serviço fora das especificações acordadas;

12.3.3 Prestar um serviço por outro;

12.3.4 Alterar substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

12.3.5 Tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do instrumento contratual.

13.3 Para a Contratada que cometer as condutas descritas nos itens 12.1.5 e 12.1.6, será aplicada multa nas seguintes condições:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.3.6 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor ajustado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 5 (cinco) dias.

12.3.6.2 A partir do sexto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida e a multa correspondente, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste

12.3.7 10% (dez por cento) sobre o valor ajustado, em caso de atraso na execução do objeto, a partir do sexto dia, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

12.3.8 20% (vinte por cento) sobre o valor ajustado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

12.3.9 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do Contrato, exceto a prevista nos casos de inexecução total.

13.4 Para os casos em que não seja possível auferir o descumprimento contratual pelas alíneas anteriores, a multa será aplicada da seguinte forma:

13.4.1 Contratada deixar de sanar problemas que exijam substituição de peças ou substituí-las inadequadamente – aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

13.4.2 Contratada deixar de sanar problemas que exijam substituição de peças ou substituí-las inadequadamente, causando danos ao(s) equipamento(s) – aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo do ressarcimento dos danos.

13.4.3 Deixar de cumprir quaisquer outras obrigações contratuais não tipificadas nas alíneas anteriores – aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência.

13.5 Para as demais condutas e, em quaisquer casos descritos nas cláusulas anteriores, a multa máxima a ser aplicada será de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

13.6 O prazo para pagamento das multas será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada.

13.6.1 A critério do Coren-SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber pelos serviços prestados.

13.6.2 Não sendo suficiente o valor a ser pago à Contratada para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da Garantia Contratual, quando houver.

13.6.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada à Contratante, aquele será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

13.7 Poderá deixar de ser imputada sanção à Contratada nos casos de comprovação, por ela, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual; de manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren-SP; ou de acatamento de justificativas, após análise da Contratante, em outros casos fortuitos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13.8 As sanções apenas serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1 Constatada a irregularidade na execução contratual, o Fiscal do Contrato notificará a empresa para que apresente defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades.

13.8.2 A não apresentação de defesa no prazo legal implicará na aplicação das penalidades, nos termos do parágrafo 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

13.8.3 Apresentada a defesa no prazo legal, o Fiscal e o Gestor do Contrato apreciarão o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência da Contratada, a ser feita pelo correio, com aviso de recebimento.

13.9 Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, observados os prazos ali fixados.

13.9.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

13.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14 LEGISLAÇÃO APLICAVEL

14.1 A Lei nº 8.666/1993 bem como os demais postulados que norteiam o Direito Administrativo e, subsidiariamente, no que couber, a Legislação Civil, regerão as hipóteses não previstas neste Contrato.

15 DO FORO

15.1 É competente o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução de eventuais conflitos decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, 06 de junho de 2016.

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP
Fabiola de Campos Braga Mattozinho
Presidente

A. R. Hyppolito da Silva Manutenção de Extintores – ME
André Roberto Hyppolito da Silva
Proprietário



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

1.1 A prestação do objeto inclui a realização dos seguintes serviços:

1.1.1 Manutenção geral com revisão e troca de peças (quando necessário) limpeza, pintura e teste de nível, para todos os equipamentos listados na Tabela I do Anexo II.

1.1.2 Realização de recarga de todos os extintores listados na Tabela I do Anexo II.

1.1.3 Realização de testes hidrostáticos de todos os extintores listados na Tabela II e Mangueiras constantes na Tabela III do Anexo II.

1.2 Caberá a contratada realizar a retirada e devolução de extintores dos locais instalados para a prestação dos serviços de manutenção, observando os prazos estipulados neste Termo e o seguinte:

1.3 Emissão e fornecimento de cópia da Ordem de Serviço com a relação dos equipamentos retirados;

1.4 Ao devolver os extintores:

1.4.1 Fornecer Ordem de Serviço ou documento em papel timbrado da empresa contendo a relação das peças trocadas;

1.4.2 Todos os equipamentos deverão portar Selo de Identificação de Conformidade, de acordo com a Portaria INMETRO nº 480/2013.

1.5 Enquanto os extintores estiverem sob a guarda da Contratada para a execução dos serviços, estes deverão manter nas unidades extintores substitutos em perfeitas condições de uso, como sistema de contingência ao combate de incêndios.

1.5.1 A cota mínima de extintores substitutos deverá ser de 50% (cinquenta por cento) na sede e Coren-SP Educação do total de equipamentos retirados.

1.6 A Contratada deverá emitir, junto à entrega da Nota Fiscal, relatório final de inspeção relativo aos serviços prestados (meios físico e digital) contendo:

a) Descrição pormenorizada dos serviços efetuados.

b) Características e validade dos cilindros.

c) Data da inspeção e identificação do executante.

d) Identificação dos extintores.

e) Nível de manutenção executado, discriminado de forma clara e objetiva.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

2.1 MANUTENÇÃO DE EXTINTORES

2.1.1 De acordo com a NBR 12962:1998, a manutenção é um serviço efetuado no extintor de incêndio, cuja finalidade é corrigir qualquer irregularidade que possa comprometer a eficiência deste equipamento quando da sua utilização no combate a um princípio de incêndio.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.1.2 A manutenção envolve procedimentos de desmontagem do extintor de incêndio, substituição de componentes defeituosos, teste hidrostático (quando requerido), recarga, substituição das etiquetas por outras com os novos prazos de validade e, quando necessário, até mesmo a pintura do casco.

2.2 MANUTENÇÃO DE SEGUNDO NÍVEL (TESTE NÍVEL II)

2.2.1 A manutenção de segundo nível deve ser realizada por profissional capacitado em local apropriado e com equipamentos adequados, pois atua junto aos componentes pressurizados do equipamento de combate a incêndio.

2.2.2 Segundo determinação da NBR 12962:1998, na manutenção de segundo nível deverá ser executada:

- a) A desmontagem completa do extintor;
- b) A verificação da carga;
- c) A limpeza de todos os componentes;
- d) A verificação das partes internas e externas quanto à existência de danos ou corrosão;
- e) A substituição de componentes, quando necessário, por outros originais;
- f) A regulagem das válvulas de alívio e/ou reguladora de pressão, quando houver;
- g) O controle visual de rosca, sendo rejeitadas as que apresentarem um dos seguintes problemas:
 - a. Crista da rosca danificada;
 - b. Falhas nos filetes da rosca;
 - c. Flancos da rosca desgastados.
- h) A verificação do indicador de pressão conforme NBR 15808:2010;
- i) A fixação dos componentes roscados com torque recomendado pelo fabricante;
- j) A pintura do casco conforme NBR 7195:1995 e colocação do quadro de instruções, quando necessário;
- k) A verificação da existência de vazamento nos componentes e no casco;
- l) A colocação do lacre, identificando o executor do serviço;
- m) O exame visual dos componentes plásticos – com o auxílio de lupa com aumento de, pelo menos, 2,5 vezes – os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras.

2.3 MANUTENÇÃO DE TERCEIRO NÍVEL (TESTE NÍVEL III)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.3.1 Essa manutenção é feita conforme as determinações da NBR 13485:1999 – Manutenção de terceiro nível (vistoria) em extintores de incêndio. Essa norma determina que o profissional capacitado deve proceder uma revisão completa do extintor de incêndio, incluindo a realização do ensaio hidrostático.

2.3.2 O ensaio hidrostático é um teste realizado em componentes do extintor de incêndio sujeitos à pressão permanente ou momentânea, utilizando-se normalmente a água como fluido, que tem como principal objetivo avaliar a resistência do componente a pressões superiores à pressão normal de carregamento ou de funcionamento do extintor, definidas em suas respectivas normas de fabricação.

2.3.3 Em um serviço de manutenção de terceiro nível, deverá ser realizado(a):

- a) Ensaio hidrostático do casco do extintor e do cilindro de gás propelente, quando houver;
- b) Ensaio hidrostático da válvula de descarga e da mangueira;
- c) Remoção da pintura existente e aplicação de novo tratamento superficial do cilindro e dos componentes, segundo a NBR 7195:1995, sempre que necessário;
- d) A pintura do casco deve ser removida antes da realização do ensaio hidrostático;
- e) Recarga do extintor de incêndio conforme especificado na NBR 12962:1998.

2.3.4 Na manutenção de terceiro nível, quando houver necessidade de troca de componentes, esta deverá ser feita por componentes originais ou por componentes, legalmente, reconhecidos pelo fabricante do extintor. Caso ocorra a impossibilidade de qualquer dessas situações, o vistoriador fica impedido de realizar o serviço de manutenção, devendo informar ao dono do extintor de incêndio que o serviço não poderá ser executado e o extintor deverá ser descartado.

2.3.5 Mesmo que o extintor seja novo ou tenha sido aprovado em uma vistoria de terceiro nível, ele deve ser vistoriado, obrigatoriamente, em um prazo máximo de cinco anos, contados a partir da sua data de fabricação, quando novo, ou a partir da data da última vistoria ou quando apresentar qualquer uma das seguintes situações:

- a) Sinal de corrosão no casco;
- b) Sinal de defeito no funcionamento da válvula (gatilho);
- c) Necessidade de reparos nas partes soldadas;
- d) Sinais de deformação do casco e/ou em partes sujeitas à pressão permanente ou momentânea.

2.3.6 Como garantia da realização do ensaio hidrostático naqueles componentes do extintor que, normalmente, estão submetidos à pressão, deverá ser marcado por punção, em um local do recipiente, que não esteja sujeito à pressão: o ano da realização do ensaio hidrostático, o logotipo da empresa vistoriadora e o termo VIST (abreviatura de vistoriado).

2.3.7 É, também, de responsabilidade da empresa contratada a emissão de um relatório que



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

servirá como garantia do serviço executado e determinará a responsabilidade pelo serviço executado. Esse relatório deverá conter as seguintes informações:

- a) Data do ensaio e identificação do responsável técnico;
- b) Identificação do recipiente (número de série e carga do agente extintor);
- c) Logotipo da empresa e ano de fabricação do recipiente ou da última vistoria;
- d) Pressão do ensaio hidrostático realizado;
- e) Aprovação ou motivo da reprovação do extintor.

2. RECARGA

2.1. Considera-se recarga dos extintores de incêndio a reposição ou a substituição da carga nominal do agente extintor e/ou a reposição e carga do agente propelente. O agente extintor à base de pó químico, utilizado em uma recarga, deve ter certificado de garantia de que foi fabricado, conservado e manuseado, segundo determinação de normas pertinentes. A contratada, responsável pela manutenção e recarga de extintores de incêndio, a base de pó químico, deverá seguir as recomendações de armazenamento e manuseio recomendadas pela empresa fabricante do pó químico.

2.2. Da mesma forma, a água utilizada como agente extintor, nos extintores de água e de espuma, deve ser potável, segundo determinação da NBR 12962:1998, item 5.1.2, alínea "e". Nos extintores de incêndio que utilizam a água como agente extintor, esta deverá ser trocada num prazo máximo de cinco anos e, nos extintores à base de espuma química e de carga líquida, deve-se proceder à troca anual.

3. MANUTENÇÃO EM MANGUEIRAS

3.1. Realizar manutenção anual em mangueiras, conforme NBR 12779:2004.

3.2. A manutenção deve contemplar as atividades de ensaio hidrostático, reparos, reempacação e secagem.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO II – RELAÇÃO DE EXTINTORES E MANGUEIRAS

Tabela I – Extintores para recarga e Teste de Nível II

Locais	Água	CO2		PQS					TOTAL
	10 L	6 KG	4 KG	ABC 6KG	ABC 4KG	BC 20KG	BC 6KG	BC 4KG	
Sede – São Paulo	18	39	3	-	-	2	4	3	69
TOTAL	18	39	3	-	-	2	4	3	69

TABELA II – Extintores para teste de nível III (hidrostático)

Locais	Água	CO2		PQS					TOTAL
	10 L	6 KG	4 KG	ABC 6KG	ABC 4KG	BC 20KG	BC 6KG	BC 4KG	
Sede – São Paulo	2	6	-	-	-	1	1	1	11

TABELA III – Mangueiras para manutenção

Sede – São Paulo	Comprimento (m)
2º SS	-
1º SS	30
	30
Térreo	-
1º	15
	15
2º	15
	15
3º	15
	15
4º	15
	15
5º	15
	15
6º	15
	15
7º	15
	15